

P

Del



**XXIIª reunião plenária da
Comissão para a Aplicação e
Desenvolvimento da Convenção da
Albufeira
- ATA -**

**Videoconferencia, 30 de setembro
de 2020**

**XXII reunión plenaria de la Comisión
para la Aplicación y Desarrollo del
Convenio de Albufeira
- ACTA -**

**Videoconferencia, 30 de septiembre
de 2020**

A Comissão para a Aplicação e Desenvolvimento da Convenção de Albufeira reuniu na sua XXIIª sessão plenária, no dia 30 de setembro de 2020, por videoconferência.

As delegações foram compostas pelos seguintes membros:

DELEGAÇÃO PORTUGUESA:

Lénia Real

Presidente da Delegação. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Nuno Lacasta

Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Ministério do Ambiente e Ação Climática (MAAC).

José Pimenta Machado

Vice-Presidente da APA. MAAC.

Inês Andrade

Administradora da Administração da Região Hidrográfica do Norte, APA. MAAC.

Susana Fernandes

Administradora da Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste, APA. MAAC.

André Matoso

Administrador da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, APA. MAAC.

Maria José Espírito Santo

Subdiretora-Geral da Direção de Energia e Geologia. MAAC.

Cláudia Brandão

Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Ministério da Agricultura.

Edgar Alberto Vieira Afonso

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos. Ministério do Mar.

Diana Carlos

Técnica superior, Serviço de Relações Internacionais. Secretária-Geral do MAAC.

Jorge Vazquez

Se reúne la Comisión para la Aplicación y Desarrollo del Convenio de Albufeira, en su XXII sesión plenaria, el día 30 de septiembre de 2020 por videoconferencia.

Las delegaciones se componen por los siguientes miembros:

DELEGACIÓN ESPAÑOLA:

Teodoro Estrela Monreal

Presidente de la Delegación. Director General del Agua. Ministerio para la Transición Ecológica y el Reto Demográfico (MITERD).

Guillermo Martínez-Correcher García de los Salmones

Presidente de la Comisión Internacional de Límites con Francia y Portugal. Ministerio de Asuntos Exteriores, Unión Europea y Cooperación.

José Antonio Quiroga Díaz

Presidente de la Confederación Hidrográfica del Miño-Sil. MITERD.

Cristina Danés de Castro

Presidenta de la Confederación Hidrográfica del Duero. MITERD.

Antonio Yáñez Cídad

Presidente de la Confederación Hidrográfica del Tago. MITERD.

Samuel Moraleda Ludeña

Presidente de la Confederación Hidrográfica del Guadiana. MITERD.

Eugenio Jesús Domínguez Collado

Subdirector General de Evaluación Ambiental. Dirección General de Calidad y Evaluación Ambiental. MITERD.

Víctor M. Arqued Esquía

Subdirector General de Planificación Hidrológica. Dirección General del Agua. MITERD.

Carlos Jiménez Piernas

Jefe de la Asesoría Jurídica Internacional. Ministerio de Asuntos Exteriores, Unión Europea y Cooperación.

<p>Administrador da Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva – EDIA. Ministério da Agricultura.</p> <p>Também participaram por parte de Portugal:</p> <p>Isabel Valente Silva Embaixada de Portugal em Madrid. Ministério dos Negócios Estrangeiros.</p> <p>Luís Morbey Diretor do Departamento de Assuntos Internacionais. APA. MAAC.</p> <p>Felisbina Quadrado Diretora do Departamento de Recursos Hídricos, APA. MAAC.</p> <p>Paula Sarmento Assessora. Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva – EDIA. Ministério da Agricultura.</p> <p>Pedro Cunha Serra MAAC.</p>	<p>Asistieron también por parte de España:</p> <p>Carlos Ruiz del Portal Florido Jefe de la Oficina de Planificación de la Confederación Hidrográfica del Miño-Sil. MITERD.</p> <p>Ángel González Santos Jefe de la Oficina de Planificación de la Confederación Hidrográfica del Duero. MITERD.</p> <p>Alberto Navas Carmena Jefe de la Oficina de Planificación de la Confederación Hidrográfica del Tajo. MITERD.</p> <p>José Ángel Rodríguez Cabellos Jefe de la Oficina de Planificación de la Confederación Hidrográfica del Guadiana. MITERD.</p> <p>Daniel Sanz Jiménez Subdirector General de Dominio Público Hidráulico e Infraestructuras. MITERD.</p> <p>Francisco J. Sánchez Martínez Subdirector General de Protección de las Aguas y Gestión de Riesgos. MITERD.</p> <p>Elena Román Barreiro Coordinadora Asuntos Jurídicos. Unidad de Apoyo. Dirección General del Agua. MITERD.</p> <p>Carmen Coletto Fiaño Jefa del Área de Relaciones con la UE. Subdirección General de Planificación Hidrológica. Dirección General del Agua. MITERD.</p> <p>Beatriz Sánchez Fernández Jefa de Servicio Técnico. Subdirección General de Planificación Hidrológica. Dirección General del Agua. MITERD.</p>
<p>A agenda da reunião foi aprovada nos termos da ordem de trabalhos proposta (<u>anexo I</u> da presente ata).</p>	<p>La agenda de la reunión fue aprobada con el orden del día propuesto (<u>anejo I</u> de la presente acta).</p>

<p>1. Aprovação da ata da XXIª reunião plenária</p> <p>A CADC aprovou a ata da XXIª reunião plenária e seus anexos (<u>anexo II</u> da presente ata). Esta será publicada na página internet da CADC, sem os anexos.</p>	<p>1. Aprobación del acta de la XXI reunión plenaria</p> <p>La CADC aprueba el acta de la XXIª sesión plenaria y sus anexos (<u>anexo II</u> de la presente acta). Esta se publicará en la web de la CADC, sin los anexos.</p>
<p>2. Situação hidrometeorológica</p> <p>a. Apresentação e aprovação do relatório hidrometeorológico conjunto 2018/2019</p> <p>Após apresentação pela delegação de Portugal do relatório hidrometeorológico conjunto 2018/2019, ambas as delegações aprovaram a versão final do documento e acordaram a sua publicação na página na internet da CADC (<u>anexo III</u> da presente ata).</p>	<p>2. Situación hidrometeorológica</p> <p>a. Presentación y aprobación del informe hidrometeorológico conjunto 2018/2019</p> <p>Tras la presentación por parte de la delegación de Portugal del informe hidrometeorológico conjunto 2018/2019, ambas delegaciones aprueban la versión final del documento y acuerdan su publicación en la web de la CADC (<u>Anexo III</u> de la presenta acta).</p>
<p>b. Mecanismo de acompanhamento trimestral do regime de caudais e dos fenómenos extremos</p> <p>Para reforço da articulação entre os dois países no acompanhamento dos caudais ao longo do ano hidrológico, a delegação de portuguesa propôs a criação de um mecanismo de acompanhamento trimestral que contemple:</p> <ul style="list-style-type: none">• A realização de reuniões no final de cada trimestre para análise da situação hidrometeorológica e da evolução futura do ano hidrometeorológico, de forma a antecipar e ponderar medidas de minimização dos efeitos da escassez hídrica, seca ou inundações;• A incorporação nos relatórios trimestrais, elaborados pelos dois países, de informação sobre:<ul style="list-style-type: none">i. a situação dos regimes de caudais da Convenção entre trimestres (sem obrigação e/ou consequências para qualquer das partes), permitindo avaliar as diferenças sucessivas nos valores trimestrais do volume anual e a sua distribuição ao longo do ano;ii. os índices de seca de cada país;iii. a avaliação da distribuição destes índices ao longo dos diferentes	<p>b. Mecanismo para el seguimiento trimestral del régimen de caudales y eventos extremos</p> <p>Para reforzar la colaboración entre los dos países en el seguimiento de los caudales a lo largo del año hidrológico, la delegación portuguesa propone la creación de un mecanismo de seguimiento trimestral que contemple:</p> <ul style="list-style-type: none">• La realización de reuniones al final de cada trimestre de planificación de la situación hidrometeorológica, y de la evolución futura de la situación del año hidrológico, de forma que se anticipen y planifiquen medidas de minimización de los efectos de la escasez hídrica en situaciones extremas como las sequías o incluso inundaciones;• La incorporación en los informes trimestrales, elaborados por los dos países de información sobre:<ul style="list-style-type: none">i. la situación de los regímenes de caudales del convenio entre trimestres (sin obligatoriedad ni/o consecuencias para ninguna de las partes), permitiendo evaluar las sucesivas diferencias de las sumas trimestrales del volumen anual y su distribución a lo largo del año.ii. los índices de sequía de cada paísiii. la evaluación de la distribución de estos índices a lo largo de los distintos



trimestres e o cumprimento do valor anual;

- iv. informações relativas ao registo de eventos de inundação ou eventos de provável ocorrência no futuro próximo;

A delegação espanhola agradeceu a proposta de Portugal e salientou:

- A proposta de realização de reuniões no final de cada trimestre e a troca de informações parece adequada. Relativamente à incorporação dos indicadores de seca de cada país, e de informações sobre inundações, considerou que no primeiro caso, dado que cada país possui diferentes indicadores de seca, esta proposta requer uma análise técnica para verificar a sua concordância.
- Propôs a criação de um grupo sobre inundações, cujos resultados poderão vir a ser incorporados nos relatórios de acompanhamento.
- Relativamente à proposta de Portugal de incorporação do acompanhamento do cumprimento da distribuição do regime anual pelos trimestres, referiu que o regime de caudais aprovado em 2008 que consta do segundo anexo ao Protocolo Adicional representou um notável avanço relativamente a um regime único anual, fixando volumes trimestrais e semanais, além do anual estabelecido em 1998. Esses regimes de caudais foram cumpridos no caso da Espanha. Porém, nos últimos anos houve alguns problemas e uma percentagem do volume foi disponibilizada no último trimestre. Se houver outra modulação dos caudais, isso significaria fazer uma emenda à Convenção.

Após discussão, ambas as delegações concordam com o seguinte:

- Realização de reuniões no final de cada trimestre para troca de informações sobre o regime de caudais.
- A criação de um novo grupo de trabalho técnico sobre secas e inundações



trimestres y el cumplimiento del valor anual.

- iv. información relativa al registro de eventos de inundaciones o eventos de ocurrencia probable en un futuro cercano;

La delegación española agradece la propuesta de Portugal y señala que:

- Le parece adecuado la propuesta de celebración de reuniones al final de cada trimestre y el intercambio de información; la incorporación de los indicadores de sequía de cada país, y lo mismo respecto a la información sobre inundaciones. En el primer caso, dado que cada país tiene indicadores de sequía distintos, esta propuesta requiere de análisis técnicos para comprobar su concordancia.
- Propone la creación de un grupo sobre inundaciones, cuyos resultados se incorporen en los informes de seguimiento.
- Respecto a la propuesta de Portugal de incorporar el seguimiento del cumplimiento y distribución del régimen anual entre trimestres, señala que el régimen de caudales aprobado en 2008 del segundo anexo al Protocolo Adicional ha supuesto un avance notable respecto a un único régimen anual, fijando volúmenes trimestrales y semanales además de los anuales establecidos en 1998. Estos regímenes de caudales se han cumplido en el caso de España. No obstante, en los últimos años ha habido algunos problemas y un porcentaje del volumen se ha suministrado en el último trimestre. De haber otra modulación de los caudales, ello significaría hacer una modificación al Convenio.

Tras la discusión, ambas delegaciones acuerdan lo siguiente:

- La celebración de reuniones al final de cada trimestre para el intercambio de información sobre el régimen de caudales.
- La creación de un grupo de trabajo técnico sobre sequías e inundaciones.

c. Protocolo de troca de informação em tempo real para gestão de situações de alerta hidrológico nas bacias hidrográficas partilhadas: ponto de situação do trabalho

Após a última reunião do CADC, foram desenvolvidos trabalhos técnicos pelos dois países sobre este assunto. Existe uma proposta conjunta, em ambas as línguas, de um "Protocolo de troca de informação de dados hidrometeorológicos, para gestão de situações extremas, no âmbito da Convenção Albufeira".

Apesar do trabalho realizado, o documento ainda tem alguns detalhes pendentes de desenvolvimento (redação, estações meteorológicas, custos de implementação), portanto, não é um texto que possa ser aprovado.

A delegação espanhola referiu que, para além disso, recebeu contributos das Confederações Hidrográficas, que estão a ser analisados para a sua integração no projeto de texto, que será enviado aos técnicos portugueses. Propõe que o protocolo seja finalizado pelos dois países no último trimestre de 2020 e que na reunião da CADC a realizar em janeiro de 2021, o Protocolo conjunto possa ser aprovado.

A delegação portuguesa referiu que em Janeiro será muito difícil ter uma CADC devido à presidência portuguesa do Conselho da UE e propõe que em 2021 se conclua o trabalho técnico para aprovação na próxima reunião plenária.

A delegação espanhola referiu que serão necessários recursos económicos para a implementação do protocolo, pelo que sugere a Portugal que seja apresentado um projeto conjunto Espanha-Portugal de melhoria da infraestrutura digital a candidatar a fundos europeus de recuperação. A delegação portuguesa acolhe a sugestão e vai analisá-la.

Ambas as delegações concordaram em finalizar o documento ao longo de 2021 e aprová-lo na próxima sessão plenária.

c. Protocolo de intercambio de información en tiempo real en caso de avisos hidrológicos en las cuencas compartidas: estado de los trabajos

Tras la última reunión de la CADC, se ha realizado un trabajo técnico por ambos países sobre este tema. Se dispone de una propuesta conjunta, en los dos idiomas, de "Protocolo para el intercambio de información sobre datos hidrometeorológicos para el manejo de situaciones extremas bajo el Convenio".

A pesar del trabajo realizado, el documento tiene todavía algunos detalles pendientes de desarrollo (redacción, estaciones meteorológicas, costes de implementación) por lo que no es un texto que pueda ser aprobado.

La delegación española indica que, además, ha recibido contribuciones de las Confederaciones Hidrográficas, las cuales están siendo analizadas para su integración en el borrador de texto, el cual será enviado a los técnicos portugueses. Se propone que el protocolo sea finalizado por ambos países en el último trimestre del año 2020 y que la reunión de CADC se celebre en enero de 2021, en la que este Protocolo conjunto pudiera ser aprobado.

La delegación portuguesa indica que en enero será muy difícil tener una CADC debido a la presidencia europea del Consejo por parte de Portugal y propuso concluir el trabajo técnico en 2021 para su aprobación en la próxima reunión plenaria.

La delegación española indica que para poner en marcha el protocolo serán necesarios recursos económicos, para lo que sugiere a Portugal que se presente un proyecto conjunto España-Portugal de mejora de la infraestructura digital a la convocatoria de fondos de recuperación europeos. La delegación portuguesa recoge la sugerencia y la analizará.

Ambas delegaciones acuerdan concluir el documento a lo largo de 2021 y aprobarlo en la próxima sesión plenaria.

3. Desenvolvimentos nos processos de planeamento hidrológico e de riscos de inundações

a. Aprovação do documento conjunto de avaliação da implementação do programa de medidas

Durante o segundo ciclo de planeamento hidrológico (2015-2021) ambos os países desenvolveram um trabalho colaborativo e coordenado que resultou num documento internacional conjunto que foi enviado à Comissão Europeia.

As equipas de ambos os países deram continuidade a este trabalho e realizaram um exercício de avaliação intercalar da implementação dos programas de medidas previstos nos planos dos dois países, centrada nas medidas para as massas de água fronteiriças e transfronteiriças.

O resultado é o “Documento para a coordenação do processo de avaliação intercalar das medidas do ciclo de planeamento 2016-2021 nas bacias hidrográficas internacionais partilhadas por Espanha e Portugal”. A delegação portuguesa fez uma apresentação em que sintetizou o seu conteúdo.

A este propósito a delegação espanhola fez referência à data do CADC. Ao longo da reunião, foi proposto que a próxima CADC se realizasse nos primeiros meses de 2021 (janeiro-março). A justificação para essa proposta, resulta do facto de nos últimos dois anos não se ter realizado uma reunião desta Comissão e muitas tarefas ficaram em aberto, como é o caso do documento de avaliação intercalar das medidas.

Outro assunto sobre o qual a delegação espanhola solicitou o parecer de Portugal é se devemos enviar à Comissão Europeia o documento de implementação das medidas logo que seja aprovado pela CADC, tendo em conta o tempo que decorreu entre o momento em que se deveria ter finalizado, de acordo com os regulamentos europeus foi 2018 e estamos em 2020.

3. Avances en el proceso de planificación hidrológica y en los planes de gestión del riesgo de inundación

a. Aprobación del documento conjunto de implementación del programa de medidas

Durante el segundo ciclo de planificación hidrológica (2015-2021) ambos países realizaron un trabajo de colaboración y coordinación que dio como resultado un documento conjunto internacional que fue enviado a la Comisión Europea.

Los equipos de ambos países han dado continuidad a este trabajo y han realizado un ejercicio intermedio de evaluación de la implementación de los programas de medidas previstos en los planes de los dos países, enfocado en las medidas para masas de agua fronterizas y transfronterizas.

El resultado es el “Documento de coordinación del proceso de evaluación intermedia de las medidas del ciclo de planificación 2016-2021 en las demarcaciones hidrográficas internacionales compartidas por España y Portugal”. La delegación portuguesa realiza una presentación que resume el contenido de este.

A colación de lo anterior, la delegación española hace un inciso respecto a la fecha de la CADC. A lo largo de la reunión se ha propuesto que la próxima CADC se celebre en los primeros meses de 2021 (enero-marzo). El motivo es que, dado que no se ha celebrado una reunión de esta Comisión en los últimos dos años, existen muchas tareas que se han quedado abiertas, como por ejemplo el documento de la evaluación intermedia de las medidas.

Otro asunto sobre el que la delegación española solicita la opinión de Portugal es sobre si deberemos enviar a la Comisión Europea el documento de implementación de las medidas una vez sea aprobado por la CADC, dado el tiempo transcurrido entre el momento en el que debía finalizarse de acuerdo con la normativa europea (2018) y la actualidad (2020).

<p>Ambas as delegações concordaram em aprovar o “Documento de coordenação do processo de avaliação intercalar das medidas do ciclo de planeamento 2016-2021 para as bacias hidrográficas internacionais partilhadas por Portugal e Espanha” e a sua publicação na página da internet da CADC (<u>Anexo IV</u> da presente ata).</p>	<p>Ambas delegaciones acuerdan aprobar el “Documento de coordinación del proceso de evaluación intermedia de las medidas del ciclo de planificación 2016-2021 en las demarcaciones hidrográficas internacionales compartidas por España y Portugal” y su publicación en la web de la CADC (<u>Anexo IV</u> de la presente acta).</p>
<p>b. Ponto de situação do trabalho para a elaboração dos PGRH do 3.º ciclo, 2022/2027</p> <p>O Grupo de Trabalho para o Planeamento reuniu em Mérida a 19 de fevereiro de 2020 e acordou o calendário das sessões conjuntas do processo de consulta pública das Questões Significativas da Gestão da Água (QSiGA). Estas sessões foram organizadas em cada região por um dos países e decorreram por videoconferência nas seguintes datas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Sessão do Douro, (07.09.2020) (ES)• Sessão do Minho e Lima, (08.08.2020) (PT)• Sessão do Tejo, (09.09.2020) (PT)• Sessão do Guadiana, (10.09.2020) (ES) <p>Ambas as Partes congratularam-se pela realização das sessões de participação conjunta, apesar das circunstâncias adversas resultantes da pandemia global da COVID-19.</p> <p>Tendo em consideração os trabalhos realizados durante o segundo ciclo de planeamento, a delegação portuguesa apresentou duas propostas para o terceiro ciclo de planeamento:</p> <ul style="list-style-type: none">• A preparação de um documento conjunto de coordenação internacional, que sintetize os esforços de cooperação desenvolvidos pelos dois países nas massas de água fronteiriças e transfronteiriças e que possa ser enviado à Comissão Europeia.• Coordenação dos processos de consulta pública dos planos hidrológicos a serem executados pelos dois países.	<p>b. Estado de los trabajos para la elaboración de los planes hidrológicos del 3º ciclo 2022/2027</p> <p>El Grupo de Trabajo de Planificación se reunió en Mérida el 19 de febrero de 2020 acordando el calendario de sesiones conjuntas del proceso de consulta pública sobre los Esquemas provisionales de Temas importantes (EpTI). Estas sesiones fueron organizadas en cada caso por uno de los dos países, y tuvieron lugar por videoconferencia en las siguientes fechas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Sesión del Duero (07.09.2020) (ES)• Sesión del Miño y Limia (08.09.2020) (PT)• Sesión del Tajo (09.09.2020) (PT)• Sesión del Guadiana (10.09.2020) (ES) <p>Ambas partes se felicitan por haber podido organizar y realizar estas sesiones de participación conjunta, a pesar de las circunstancias adversas derivadas de la pandemia mundial de COVID-19.</p> <p>A la luz de los trabajos realizados durante el segundo ciclo de planificación, la delegación portuguesa realiza dos propuestas para el tercer ciclo de planificación:</p> <ul style="list-style-type: none">• La preparación de un documento conjunto de coordinación internacional, que sintetice los esfuerzos de cooperación realizados por ambos países en las masas de agua fronterizas y transfronterizas y que pueda ser enviado a la Comisión Europea.• La coordinación de los procesos de consulta pública de los planes hidrológicos que deberán realizar ambos países.

A delegação espanhola concordou com a dupla proposta portuguesa nos seguintes termos:

- Relativamente ao documento conjunto, salienta a urgência de se realizar o trabalho técnico de preparação do documento, uma vez que de acordo com o cronograma definido na DQA, as consultas públicas sobre os planos devem começar na primavera de 2021. No segundo ciclo, o documento conjunto foi feito após a elaboração dos planos, mas neste terceiro ciclo entende que deve ser *a priori*, para que o documento possa acompanhar a publicação dos projetos dos planos. Por isso, propõe que o GT de planeamento reúna em outubro de 2020.

- Em relação à coordenação dos processos de consulta pública, é necessário que assim seja e é muito relevante a elaboração de um programa de participação conjunta entre os dois países, tarefa que deve ser coordenada no GT de planeamento.

A delegação espanhola acrescentou um terceiro ponto à proposta portuguesa, no que se refere à avaliação ambiental estratégica transfronteiriça. As autoridades espanholas receberam a notificação das autoridades portuguesas expressando o seu desejo de participar no processo de avaliação ambiental estratégica dos planos espanhóis.

De acordo com os regulamentos espanhóis e o protocolo de avaliação ambiental estratégica transfronteiriça, assinado por ambos os países, aquele instrumento implica um procedimento formal. Portanto, serão preparados documentos resumidos traduzidos em ambas as línguas que reflitam o impacto no ambiente de Portugal dos planos espanhóis e serão enviados às autoridades portuguesas juntamente com um calendário e fórmulas de participação e consulta. Esclareceram que os documentos que forem elaborados pelas autoridades espanholas não substituem o documento conjunto de coordenação internacional. Por último, informou que a avaliação ambiental estratégica espanhola é conjunta aos planos

La delegación española está de acuerdo con la doble propuesta portuguesa en los siguientes términos:

- Respecto al documento conjunto, refleja la urgencia de realizar los trabajos técnicos de preparación del documento conjunto, puesto que, de acuerdo con el calendario fijado en la DMA, las consultas públicas de los planes deberán comenzar en la primavera de 2021. En el segundo ciclo el documento conjunto se hizo tras elaborar los planes, pero en este tercer ciclo entiende que ha de ser *a priori*, para que este documento pueda acompañar la publicación de los borradores de planes. Por ello cree que el GT de planificación debiera reunirse a lo largo de octubre de 2020.

- En relación con la coordinación de los procesos de consulta pública, es necesario que así sea y ve muy relevante la preparación de un programa de participación conjunta entre ambos países, tarea que debe coordinarse en el GT de planificación.

La delegación española añade un tercer punto a la propuesta portuguesa, relativo a la evaluación ambiental estratégica transfronteriza. Las autoridades españolas han recibido la notificación de las autoridades portuguesas donde manifiestan su deseo de participar en el proceso de evaluación ambiental estratégica de los planes españoles.

Conforme a la normativa española y al protocolo de evaluación ambiental estratégica transfronteriza, firmado por ambos países, ello conlleva un procedimiento formal, Por ello se prepararán unos documentos resumen traducido a ambos idiomas que reflejen la incidencia de los planes españoles en el medio ambiente portugués, y que será enviado a las autoridades portuguesas junto con un calendario de fórmulas de participación y consulta a las autoridades portuguesas. Aclara que los documentos que sean preparados por las autoridades españolas no sustituyen al documento conjunto de coordinación internacional. Finalmente, se indica que la evaluación ambiental estratégica española es conjunta para los planes

<p>hidrológicos e aos planos de gestão do risco de inundação.</p> <p>Ambas as delegações concordam em confiar ao GT de planeamento o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none">• Acordar sobre a estrutura e conteúdo do documento de coordenação internacional, usando o segundo ciclo como modelo.• Que este documento de coordenação internacional acompanhe os planos hidrológicos do 3º ciclo em sua consulta pública.• Acordar os procedimentos relativos à consulta e participação pública dos planos hidrológicos do 3.º ciclo e dos planos de gestão do risco de inundações do 2.º ciclo, bem como da avaliação ambiental estratégica.	<p>hidrológicos y los planes de gestión del riesgo de inundación.</p> <p>Ambas delegaciones acuerdan encargar al GT de planificación lo siguiente:</p> <ul style="list-style-type: none">• Acordar la estructura y el contenido del documento de coordinación internacional, usando como maqueta el del segundo ciclo.• Que este documento conjunto de coordinación internacional acompañe a los planes hidrológicos de tercer ciclo en la consulta pública de los mismos• Acordar los procedimientos relacionados con la consulta y participación pública de los planes hidrológicos del 3º ciclo y de los planes de gestión del riesgo de inundación del 2º ciclo, así como la evaluación ambiental estratégica.
<p>c. Ponto de situação do trabalho para a elaboração dos Planos de Gestão do Risco de Inundação do 2º ciclo, 2022/2027</p> <p>As Partes apresentaram o ponto de situação do desenvolvimento dos planos (PGRI) do 2º ciclo e destacaram os progressos já verificados na articulação entre os dois países relativamente ao processo de planeamento do 1º ciclo. Foram identificadas áreas críticas comuns nas bacias do Minho, Douro e Guadiana.</p> <p>Na elaboração da respetiva cartografia houve troca de informação entre os dois países. Para além das áreas críticas comuns existem outras, que não sendo comuns, a minimização dos riscos está fortemente dependente da articulação da entre os dois países, pelo que a troca automática de informação é extremamente relevante. A delegação espanhola referiu que foi convocada uma reunião de coordenação para preparar as cartas de zonas inundáveis e de riscos de inundações, que não pôde ser realizada por motivos sanitários, mas que gostaria que fosse retomada o mais rapidamente possível.</p> <p>A delegação espanhola salientou a importância dos contributos do GT Secas e Inundações criado na presente sessão da CADC para o atual processo de planeamento,</p>	<p>c. Estado de los trabajos para la elaboración de los Planes de Gestión del Riesgo de Inundación del 2º ciclo 2022/2027</p> <p>Ambas delegaciones presentan el estado de desarrollo de los planes del 2º ciclo (PGRI) y destacaron los avances que se han realizado en la colaboración entre los dos países, en relación con el proceso de planificación del 1º ciclo. Se han identificado áreas con riesgo potencial significativo de inundaciones comunes en las cuencas del Miño, Duero y Guadiana.</p> <p>En la elaboración de la cartografía respectiva, hubo un intercambio de información entre los dos países. Además de las áreas críticas comunes, hay otras que no lo son, y la minimización de los riesgos depende en gran medida de la articulación entre los dos países, por lo que el intercambio automático de información es extremadamente relevante. La delegación española indica que estaba convocada una reunión de coordinación para la elaboración de los mapas de peligrosidad y riesgo de inundación, que no ha podido celebrarse por las circunstancias sanitarias., pero que querría que fuese retomada lo antes posible.</p> <p>La delegación española destacó la importancia que deberá tener la contribución del GT de sequías e inundaciones creado en la actual sesión de la CADC para el proceso de</p>

<p>tendo apelado para que a sua constituição, com a definição das equipas dos dois países, se faça no mais curto espaço de tempo, tendo merecido o acordo da delegação portuguesa.</p>	<p>planificación hidrológica, y pidió que su constitución, con la definición de los equipos de ambos países, se realice en el menor tiempo posible, habiendo recibido el acuerdo de la delegación portuguesa.</p>
<p>4. Ponto de situação do trabalho do Grupo <i>ad hoc</i> para o regime de caudais do Guadiana no Pomarão</p> <p>O mandato do Grupo de Trabalho <i>ad-hoc</i> sobre o regime de caudais para o rio Guadiana na secção do Pomarão (GT) foi adotado pela CADC na XXª Reunião Plenária realizada no Porto a 27 de novembro de 2017.</p> <p>O GT realizou duas reuniões, uma em Lisboa a 4 de abril de 2018 e outra em Madrid a 11 de setembro de 2018.</p> <p>Na primeira reunião o GT passou em revista os antecedentes do assunto e realizou uma abordagem geral ao tema.</p> <p>Feitos os estudos necessários, Portugal apresentou em 23 de julho de 2018 uma nova proposta de regime de caudais para secção do Pomarão.</p> <p>No dia 30 de julho Espanha efetuou um pedido de informações sobre os dados de base e as hipóteses consideradas na elaboração da nova proposta, ao qual, Portugal respondeu a 1 de agosto.</p> <p>Na 2ª reunião do GT a discussão incidiu sobre a proposta enviada por Portugal, não tendo existido acordo sobre a mesma.</p> <p>A delegação portuguesa referiu que em maio de 2019, enviou à delegação espanhola uma "Nota" com os argumentos sobre a sua posição relativamente ao regime de caudais do rio Guadiana e ficou a aguardar o envio pela delegação espanhola das suas pretensões para o regime de caudais no Pomarão. O grupo de trabalho não se reuniu novamente, visto que não surgiram novos elementos que o justificassem. Assinalou que gostaria que esta questão fosse desbloqueada, uma vez que a Convenção de Albufeira considera que o regime de caudais na secção do Pomarão ainda está por definir e a esclarecer pelas duas delegações. Manifestaram a sua vontade de se chegar a um acordo e o desejo de se encerrar este</p>	<p>4. Estado de los trabajos del Grupo <i>ad hoc</i> para el régimen de caudales del Guadiana en Pomarão</p> <p>El mandato del Grupo de Trabajo <i>ad-hoc</i> sobre el régimen de caudales del río Guadiana en el tramo Pomarão (GT) fue adoptado por la CADC en la XXª Reunión Plenaria celebrada en Oporto el 27 de noviembre de 2017.</p> <p>El GT celebró dos reuniones, una en Lisboa el 4 de abril de 2018 y otra en Madrid el 11 de septiembre de 2018.</p> <p>En la primera reunión, el GT revisó los antecedentes y realizó un abordaje general del tema.</p> <p>Una vez realizados los estudios necesarios, Portugal presentó el 23 de julio de 2018 una nueva propuesta de régimen de caudales para el tramo de Pomarão.</p> <p>El 30 de julio, España realizó una solicitud de información sobre los datos básicos y los supuestos considerados en la elaboración de la nueva propuesta, a lo que Portugal respondió el 1 de agosto.</p> <p>En la 2ª reunión del GT, la discusión se centró en la propuesta enviada por Portugal y no hubo acuerdo al respecto.</p> <p>La delegación portuguesa expone que en mayo de 2019 envió a la delegación española una "Nota" con argumentos sobre su posición en el régimen de caudales del río Guadiana y estaba a la espera de que la delegación española enviara sus requisitos para el régimen de caudales en Pomarão. El grupo de trabajo no volvió a reunirse, ya que no había elementos nuevos que lo justificaran. Se indica que les gustaría que se desbloqueara esta cuestión, ya que el Convenio de Albufeira considera que el régimen de caudales en el tramo de Pomarão está aún por definir y aclarar por las dos delegaciones. Manifiestan su voluntad de entendimiento y su deseo de cerrar ese punto. Solicitan que la delegación</p>

assunto. Solicitaram que a delegação espanhola lhes faça chegar um documento com a sua posição.

A delegação espanhola referiu que o Protocolo de revisão da Convenção de Albufeira estabelece que ambas as Partes devem avançar com os estudos e trabalhar para se definir o regime de caudais no Pomarão. Houve avanços nos últimos anos, mas devemos continuar trabalhando em linha com o que está estabelecido na Convenção, cientes que não temos a mesma posição, mas com diálogo e trabalho técnico podemos entender-nos.

Referiu que nota que Portugal apresentou é de natureza jurídica, quando a Convenção refere a documentos técnicos. Considera que ambas as delegações deverão continuar a trabalhar para se definir o regime de caudais em Pomarão no futuro.

A delegação espanhola comprometeu-se a enviar um documento com a sua visão de qual seria um regime de caudais razoável para a secção do Pomarão. Pede que a proposta da Parte portuguesa seja reconsiderada tendo em conta as propostas de ambas as Partes e que se trabalhe para se chegar a um entendimento, aproveitando os próximos meses que temos até à próxima CADC.

española les haga llegar un documento con su postura.

La delegación española señaló que el Protocolo de Revisión del Convenio de Albufeira establece que ambas partes deben avanzar en los estudios y trabajos para definir el régimen de caudales en Pomarão. Se ha avanzado en los últimos años, pero hay que seguir trabajando en línea con lo que establece la Convención, conscientes de que no tenemos la misma posición, pero con el diálogo y el trabajo técnico podemos entendernos.

La nota que ha presentado Portugal es jurídica y no un documento técnico, cuando en el Convenio se habla de documentos técnicos. Se está de acuerdo en que ambas delegaciones sigan trabajando para definir el régimen de caudales en Pomarão en un futuro.

La delegación española hará llegar un documento con la visión de su parte de lo que sería un régimen de caudales razonable para el tramo de Pomarão. Pide que la propuesta de la parte portuguesa sea reconsiderada viendo las propuestas de ambas partes y que se trabaje para llegar a un entendimiento, aprovechando los próximos meses que tenemos hasta la próxima CADC.

5. Ponto de situação do trabalho do Grupo de trabalho sobre a qualidade da água no rio Tejo

O mandato do Grupo de Trabalho *ad-hoc* relativo à qualidade da água no rio Tejo foi ratificado na XXX Cimeira Luso-Espanhola de Chefes de Governo realizada a 21 de novembro de 2018 em Valladolid.

O GT realizou duas reuniões, uma em Madrid a 14 de fevereiro de 2019 e outra em Lisboa a 4 de dezembro de 2019.

Na primeira reunião, as delegações apresentaram a situação das massas de água fronteiriças e as medidas implementadas para melhorar a qualidade da água.

Na segunda reunião do GT, foi discutida a situação hidrometeorológica da bacia no ano hidrológico de 2018/19, incluindo a situação

5. Estado de los trabajos del Grupo de Trabajo sobre calidad del agua en el río Tajo

El mandato del Grupo de Trabajo *ad-hoc* sobre calidad del agua en el río Tajo fue ratificado en la XXX Cumbre Hispano-Portuguesa de Jefes de Gobierno celebrada el 21 de noviembre de 2018 en Valladolid.

El GT celebró dos reuniones, una en Madrid el 14 de febrero de 2019 y otra en Lisboa el 4 de diciembre de 2019.

En la primera reunión, las delegaciones presentaron la situación de las masas de aguas fronterizas y las medidas implementadas para mejorar la calidad del agua.

En la segunda reunión del GT se debatió la situación hidrometeorológica de la cuenca en

que ocasionou o lançamento em Cedillo de mais de 400 hm³ no mês de setembro, com o objetivo de atingir os 2.700 hm³ comprometidos, e consequente abaixamento de cerca de 20 metros, do nível da água na albufeira.

A delegação portuguesa analisou ainda a evolução da qualidade da água das massas de água transfronteiriças e os efeitos das medidas implementadas pelas Partes. Em 2020, foram realizadas duas reuniões específicas sobre *blooms* recorrentes de Azolla na albufeira de Cedillo (11 e 20 de maio), com o objetivo de analisar possíveis medidas de gestão conjunta para o controle de Azolla e nesse sentido, agradeceu o trabalho conjunto com a confederação do Tejo, que tem estado sempre disponível.

Entretanto, Portugal enviou a Espanha uma proposta de relatório conjunto sobre a evolução do estado das águas no dia 18 de setembro de 2020.

A delegação espanhola referiu que o documento enviado pela Parte portuguesa foi recebido uma semana antes da reunião, pelo que a Parte espanhola ainda não teve oportunidade de comentar. Considera que há matérias que não estão incorporadas no documento enviado e que constam do mandato. Devem ser analisadas as causas que estão provocando os problemas de qualidade nas águas do Tejo e o mandato refere o desenvolvimento de um modelo de simulação da qualidade das águas do Tejo que incorpore todas as pressões que existem para se entender o que se passa, tendo oferecido o trabalho técnico da delegação para se avançar.

Além disso, indicou que será a Confederação Hidrográfica do Tejo quem irá liderar este projeto por Parte da delegação espanhola, com vista a uma dinâmica de trabalho mais eficiente. Ressaltou que este grupo de trabalho foi criado para tratar dos problemas de qualidade e embora possa haver outros problemas para falar, a base de tudo é começar a trocar informações, metodologias e conhecimentos sobre dados de qualidade,

el año hidrológico 2018/19, incluyendo la situación que provocó la suelta en Cedillo de más de 400 hm³ en el mes de septiembre, con el objetivo de alcanzar los 2700 hm³ comprometidos, y la consecuente bajada del nivel del agua en el embalse de unos 20 metros.

La delegación portuguesa analizó así mismo la evolución de la calidad del agua de las masas de agua transfronterizas y los efectos de las medidas que han sido implementadas por las Partes. En 2020 se han realizado además dos reuniones específicas sobre *blooms* recurrentes de Azolla en el embalse de Cedillo (11 y 20 de mayo), con el objetivo de analizar posibles medidas de gestión conjunta para el control de Azolla, y en este sentido, se agradeció el trabajo conjunto con la confederación del Tajo, que siempre ha estado disponible.

Portugal envió a España una propuesta del informe conjunto de la evolución del estado del agua el 18 de septiembre de 2020.

La delegación española indica que el documento remitido por la parte portuguesa se ha recibido una semana antes de la reunión, por lo que la parte española no ha podido realizar comentarios aún. Se considera que hay cosas en el documento enviado que no están incorporadas que venían en el mandato. Se deberán analizar las causas que están provocando estos problemas de calidad en las aguas del Tajo, y el mandato se hablaba de elaborar un modelo de simulación de la calidad de las aguas del Tajo que incorpore todas las presiones que hay para entender que está pasando, por lo que ofrece el trabajo técnico de la delegación para avanzar.

Además, se indica que será la Confederación Hidrográfica del Tajo quien lidere este proyecto por parte de la delegación española, en aras de conseguir una dinámica de trabajo más eficiente. Se hace hincapié en que este grupo de trabajo ha sido creado en relación con los problemas de calidad y aunque pueda haber otros problemas de los que hablar, la base de todo es comenzar a intercambiar información, metodologías y conocimientos

focando-se em aspetos particulares deste, como as pressões e a contribuição de nutrientes nas massas de água.

sobre datos de calidad, fijándose en aspectos particulares de esta como las presiones y el aporte de nutrientes en las masas de agua.

6. Ponto de situação dos Projetos Conjuntos

6. Estado de los proyectos conjuntos

No período de programação 2014-2020, pela primeira vez, foram aprovados projetos de cooperação transfronteiriça promovidos pela CADC, pelo que, para memória futura, inscreve-se na ata da presente reunião uma sinopse dos seguintes projetos de cooperação financiados por fundos comunitários:

En el periodo de programación 2014-2020 se aprobaron por primera vez proyectos de cooperación transfronteriza impulsados por la CADC, por lo que como recordatorio de este hecho se incluye en el acta de esta reunión una sinopsis de los siguientes proyectos de cooperación financiados con fondos comunitarios:

a. INTERREG (POCTEP) 2014-2020, Programa de Avaliação conjunta das massas de água das bacias hidrográficas Luso-espanholas (ALBUFEIRA)

a. INTERREG (POCTEP) 2014-2020, Programa de evaluación conjunta de las masas de agua de las cuencas hidrográficas hispano-portuguesas

Em 2019 foi realizado um trabalho conjunto de monitorização de grande parte das massas de água fronteiriças e transfronteiriças. Está em curso a elaboração do respetivo relatório. Na segunda reunião, realizada em Lisboa em dezembro de 2019, foram acordadas as linhas de trabalhos a seguir em 2020. No entanto, devido aos efeitos da pandemia, as atividades de monitorização previstas realizar de forma conjunta tiveram de ser adiadas. Foi solicitado ao POCTEP a prorrogação do prazo de elaboração dos trabalhos que foi aprovado permitindo que o projeto se desenvolva até dezembro de 2022.

En 2019 se realizó un trabajo conjunto para el seguimiento de la mayor parte de las masas de agua fronterizas y transfronterizas. Se está preparando el respectivo informe. En la segunda reunión del Grupo de Trabajo, celebrada en Lisboa en diciembre de 2019, se acordaron las líneas de trabajo a seguir durante 2020. Sin embargo, debido a los efectos de la pandemia, se tuvieron que posponer las actividades previstas de seguimiento de las masas de agua a realizar de forma conjunta por ambos países. Se solicitó al POCTEP extender el plazo del proyecto, el cual ha sido aprobado, permitiendo que este se desarrolle hasta diciembre de 2022.

b. INTERREG (POCTEP) 2014-2020, Prevenção de Riscos de Inundações e Secas na Bacia internacional do Minho e Lima (RISC ML)

b. INTERREG (POCTEP) 2014-2020, Prevención de riesgos de inundaciones y sequías en la Cuenca Internacional del Miño-Limia (RISC ML)

O projeto RISC ML com um orçamento de 2,3 milhões de euros tem como principal objetivo mitigar os efeitos das inundações e das situações de seca e escassez nas bacias internacionais do Minho e Lima. Com este projeto pretende-se um maior conhecimento de bacia hidrográfica internacional do Minho-Lima, a nível cartográfico e hidrológico, face aos fenómenos de alterações climáticas; melhorar os mecanismos de gestão existentes relativamente à identificação e gestão de secas na bacia hidrográfica (indicadores aplicáveis e comparáveis em toda a bacia); e

El proyecto RISC ML con un presupuesto de 2,3 millones de euros tiene como objetivo mitigar los efectos de las inundaciones y la sequía y la escasez en las cuencas internacionales del Miño y Limia. Este proyecto tiene como objetivo mejorar el conocimiento de la cuenca hidrográfica internacional del Miño-Limia, a nivel cartográfico e hidrológico, dados los fenómenos del cambio climático; mejorar los mecanismos de gestión existentes para la identificación y gestión de sequías en la cuenca hidrográfica (indicadores aplicables y

estabelecer um sistema de alerta que permita avaliar fidedignamente o risco real de inundações em função da área específica da bacia.

O projeto vai permitir melhorar os dados, a informação e o conhecimento de toda a bacia hidrográfica internacional do Minho e Lima, para que através de uma gestão coordenada se definam e estabeleçam soluções idênticas para problemas comuns, melhorando a prevenção, a preparação e a capacidade de resposta a fenómenos extremos.

c. INTERREG (POCTEP) 2014-2020, Proteção e Conservação de Peixes Migradores no Troço Internacional do Rio Minho e seus Afluentes (Migra Miño-Minho)

O projeto Migra Miño-Minho com um orçamento total de pouco mais de 2 milhões de euros tem como principal finalidade melhorar a proteção e conservação do *habitat* fluvial da bacia do rio Minho no seu troço internacional, desde a barragem da Frieira até à foz, através de ações que visam a melhoria do estado de conservação das linhas de água fluviais e das espécies de migradores presentes no rio Minho e seus afluentes.

Pretende-se com o projeto, melhorar a mobilidade fluvial de peixes migradores graças à eliminação de obstáculos e à instalação de passagens/escadas de peixes inovadoras, melhorando assim as pressões que afetam espécies migradoras emblemáticas como o salmão e a enguia. Para além disso, aprofundar-se-á o conhecimento do seu estado biológico e promover-se-á o reforço e melhoria das populações destas espécies, sendo ainda desenvolvida uma avaliação ao longo do tempo, do impacto destas ações nas populações de migradores.

Beneficiarão com este projeto não só o meio natural, como também as entidades que gerem a bacia e a conservação da natureza, assim como os pescadores profissionais e desportivos e a população local.

d. INTERREG (POCTEP) 2014-2020, Ações para controle e eliminação do jacinto de água

comparables en toda la cuenca); y establecer un sistema de alerta que permita evaluar fidedignamente el riesgo real de inundaciones en función del área específica de la cuenca.

El proyecto permitirá mejorar los datos, la información y el conocimiento de toda la cuenca hidrográfica internacional del Miño y Limia, para que a través de una gestión coordinada se puedan definir y establecer soluciones idênticas a problemas comunes, mejorando la prevención, la preparación y la capacidad de respuesta a fenómenos extremos.

c. INTERREG (POCTEP) 2014-2020, Protección y conservación de peces migradores en el tramo internacional del Miño y sus afluentes (Migra Miño-Minho)

El proyecto Migra Miño-Minho con un presupuesto total de más de 2 millones de euros tiene como objetivo principal mejorar la protección y conservación del hábitat fluvial de la cuenca del río Miño en su tramo internacional, desde la presa de Frieira hasta la desembocadura, pasando por acciones encaminadas a mejorar el estado de conservación de los cauces de los ríos y de las especies migradores presentes en el río Miño y sus afluentes.

El objetivo del proyecto es mejorar la movilidad fluvial de los peces migratorios gracias a la eliminación de obstáculos y la instalación de innovadores pasajes/escalas para peces, mejorando así las presiones que afectan a especies migratorias emblemáticas como son el salmón y la anguila. Así mismo, se profundizará en el conocimiento de su estado biológico y se promoverá el refuerzo y mejora de las poblaciones de estas especies, siendo también desarrollada una evaluación a lo largo del tiempo, del impacto de estas acciones en las poblaciones migradoras.

Este proyecto beneficiará no sólo al medio natural, sino también a las entidades que gestionan la cuenca y la conservación de la naturaleza, así como a los pescadores profesionales y deportivos y a la población local.

d. INTERREG (POCTEP) 2014-2020, Actuaciones para el control e eliminación del

no troço transfronteiriço do rio Guadiana (ACECA)

O projeto ACECA com um orçamento de mais de 5,5 milhões de euros teve como objetivo, o desenvolvimento de um plano de luta contra a espécie invasora conhecida como Jacinto-de-água ou Camalote (*Eichhornia crassipes*), contemplando a sua remoção com meios mecânicos e humanos, atuações de contenção, controlo e vigilância para evitar a sua dispersão, e atuações de coordenação conjunta entre as administrações portuguesa e espanhola, através de protocolos de atuação e formação conjunta visando a sua erradicação, num troço transfronteiriço do Guadiana com 85 km, a jusante de Mérida, entre a albufeira de Montijo (Espanha) e a albufeira de Alqueva.

e. INTERREG (POCTEP) 2014-2020, Valorização ambiental e gestão Integrada da água e dos habitats no Baixo Guadiana Transfronteiriço (VALAGUA)

O projeto VALAGUA com um orçamento de mais de 1 milhão de euros teve como objetivo, melhorar a proteção e a gestão sustentável dos espaços naturais do Baixo Guadiana por via das seguintes atividades:

- Compatibilização dos usos da água com a prestação de serviços dos ecossistemas;
- Recuperação de habitats e sensibilização ambiental dos agentes;
- Gestão integrada da Rede Natura 2000 e da sub-bacia hidrográfica internacional do Baixo Guadiana;
- Criação de produtos ecoturísticos para valorização das massas de água transfronteiriças.

Principais resultados:

- Integração dos aspetos qualitativos e quantitativos de gestão da água entre os principais utilizadores nos dois lados da Bacia do Guadiana;
- Integração da gestão transfronteiriça da água, com a conservação dos ecossistemas ribeirinhos;
- Gestão integrada da água e da biodiversidade por parte dos principais atores

camalote en el tramo transfronterizo del rio Guadiana (ACECA)

El proyecto ACECA, con un presupuesto de más de 5,5 millones de euros, tenía como objetivo desarrollar un plan de lucha contra la especie invasora conocida como jacinto de agua o Camalote (*Eichhornia crassipes*), contemplando su eliminación con medios mecánicos y humanos, actuaciones de contención, control y vigilancia para evitar su dispersión, y actuaciones de coordinación conjunta entre las administraciones portuguesa y española, a través de protocolos de actuación y formación conjuntos para su erradicación, en un tramo transfronterizo de 85 km del Guadiana, aguas abajo de Mérida, entre el embalse de Montijo (España) y el embalse de Alqueva.

e. INTERREG (POCTEP) 2014-2020, Valorización ambiental y gestión integrada del agua y de los hábitats en el Bajo Guadiana Transfronterizo (VALAGUA)

El proyecto VALAGUA con un presupuesto de más de 1 millón de euros tenía como objetivo mejorar la protección y gestión sostenible de los espacios naturales del Bajo Guadiana a través de las siguientes actividades:

- Compatibilización de los usos del agua con la prestación de servicios ecosistémicos;
- Recuperación de hábitats y sensibilización ambiental de los agentes;
- Gestión integrada de la Red Natura 2000 y de la subcuenca hidrográfica internacional del Bajo Guadiana;
- Creación de productos ecoturísticos para la puesta en valor de las masas de aguas transfronterizas.

Resultados principales:

- Integración de los aspectos cualitativos y cuantitativos de la gestión del agua entre los principales usuarios de ambos lados de la cuenca del Guadiana;
- Integración de la gestión de aguas transfronterizas con la conservación de los ecosistemas ribereños;
- Gestión integrada del agua y la biodiversidad por parte de los principales

<p>e decisores nos territórios contíguos da Rede Natura 2000 do Baixo Guadiana;</p> <ul style="list-style-type: none">• Valorização ecoturística dos recursos associados.	<p>actores y órganos decisores en los territorios contiguos de la Red Natura 2000 del Bajo Guadiana;</p> <ul style="list-style-type: none">• Valorización ecoturística de los recursos asociados.
<p>7. Usos e aproveitamentos em troços internacionais</p> <p>a. Ponto de situação do trabalho do Regulamento para autorização e gestão de captações em rios partilhados por Portugal e Espanha</p> <p>A delegação portuguesa referiu que na preparação da XXIª sessão plenária da CADC, PT apresentou a “Proposta de Regulamento para autorização e gestão de captações em rios partilhados por Portugal e Espanha” com o objetivo de se estabelecerem procedimentos comuns para autorização e acompanhamento de todas as captações localizadas em troços internacionais. O assunto constou da agenda da referida reunião.</p> <p>Considera fundamental a criação de uma ficha de caracterização das captações que permita aos dois países conhecer de forma clara e inequívoca as características da captação existente, os volumes que são retirados, e garantir o autocontrolo (de cada país), para que seja possível administrá-las da forma mais eficiente, tanto mais que também a DQA o exige. Considera que esta proposta de Regulamento tem várias questões técnicas e jurídicas e solicita que este assunto seja encerrado com a maior brevidade possível por se tratar de uma matéria de grande importância, especialmente no Guadiana.</p> <p>A delegação espanhola informou que esta proposta de regulamento foi recebida poucos dias antes da anterior CADC. Este documento foi enviado às Confederações Hidrográficas para análise, que enviaram os seus comentários, conduzindo a uma proposta que reflete a visão do lado espanhol. Esta proposta será enviada para informação à Assessoria Jurídica Internacional (MAEUEC), após o que será enviada uma versão a Portugal para dar continuidade aos trabalhos de apresentação de uma proposta à próxima reunião plenária da CADC. Deverá ainda ser</p>	<p>7. Usos y aprovechamientos en tramos internacionales</p> <p>a. Estado de los trabajos del Reglamento para la autorización y gestión de las concesiones en los ríos compartidos entre España y Portugal</p> <p>La delegación portuguesa expone que durante la preparación de la XXIª sesión plenaria de la CADC presentó una “Propuesta de Reglamento para la autorización y gestión de concesiones en ríos compartidos por Portugal y España” con el objetivo de establecer procedimientos comunes de tramitación, autorización y seguimiento de todas las concesiones de captación de agua ubicadas en tramos internacionales. El asunto estuvo en el orden del día de esa reunión.</p> <p>Crean fundamental crear una ficha de caracterización de las captaciones que permita a ambos países conocer de forma clara e inequívoca las características de la captación existente, los volúmenes que son retirados, y velar por el autocontrol (de cada país), para poder administrarlo de forma más eficiente. Crean que esta propuesta de Reglamento tiene varias cuestiones, técnicas y jurídicas y solicita que se cierre este tema cuanto antes ya que es una cuestión de elevada importancia, especialmente en el Guadiana.</p> <p>La delegación española indica que esa propuesta de reglamento se recibió solo unos días antes de la anterior CADC. Se ha dado traslado de esta a las Confederaciones Hidrográficas para su análisis, y estas han enviado sus consideraciones, dándose lugar a una propuesta que refleja la visión de la parte española. Esta propuesta se remitirá a la Asesoría Jurídica Internacional (MAEUEC) para que sea informada, tras lo que se enviará una versión a Portugal para seguir trabajando en el sentido de poder llevar una propuesta a la próxima sesión plenaria de la CADC. Debe</p>

discutido como esta proposta se materializará formalmente no âmbito da Convenção de Albufeira.

b. Regulação da navegação nas albufeiras do Douro e de Alqueva

A delegação portuguesa referiu que nos últimos anos, este assunto aparece recorrentemente nas agendas, quer da CADC, quer da CIL, sendo necessário encontrar uma solução conjunta que permita harmonizar as condições de navegação de embarcações de ambos os países em massas de água partilhadas e dar resposta aos problemas que têm sido identificados.

Portugal identificou a legislação portuguesa aplicável às embarcações de recreio e turismo que utilizam as águas interiores. A delegação portuguesa propôs que a delegação espanhola identifique a legislação aplicável às embarcações de recreio e turismo que utilizam as águas interiores e designou a APA/ARH Norte e a APA/ARH Alentejo para, em conjunto com as entidades que a delegação espanhola designar, analisem este tema.

A delegação espanhola concordou com a necessidade de se identificar a legislação aplicável nos dois países à navegação por embarcações de recreio e turismo em águas interiores, mas propôs que a análise fosse para além do Guadiana e albufeira do Alqueva, e incluísse todas as bacias hidrográficas, uma vez que também existem problemas relacionados com embarcações de recreio e turismo.

Propôs que ambas as Partes acordem a constituição de um grupo de trabalho para estudar a legislação espanhola e portuguesa nesta matéria, e que tal seja referido no comunicado de imprensa da reunião, ao qual a delegação portuguesa expressou cautela.

Por fim, recorde-se também que deverá ser realizada uma Comissão de Limites, além da CADC, ao longo de 2021.

Ambas as delegações concordam em encontrar uma solução não só para o Douro e Alqueva mas para todas as bacias

discutirse cómo va a materializarse formalmente esta propuesta en el marco del Convenio de Albufeira.

b. Regulación de la navegación en los embalses del Duero y Alqueva

La delegación portuguesa manifiesta que este tema aparece recurrentemente en las agendas tanto de la CADC como de la CIL siendo necesario encontrar una solución conjunta que permita armonizar las condiciones de navegación de las embarcaciones de ambos países en masas de agua compartidas y dar respuesta a los problemas que han sido identificados.

Portugal ha identificado la legislación portuguesa aplicable a las embarcaciones de recreo y turismo que utilizan aguas interiores. Portugal propone que España identifique la legislación española aplicable a las embarcaciones de recreo y turismo que utilizan aguas interiores y para ello designa a APA/ARH Norte y APA/ARH Alentejo para que, junto con las entidades que designe España, analizasen este tema.

La delegación española coincidió en la necesidad de identificar la legislación aplicable en ambos países para la navegación de embarcaciones de recreo y turismo en aguas interiores, pero propuso que el análisis se extienda no sólo al Guadiana y al embalse de Alqueva, sino a todas las cuencas hidrográficas dado que también hay problemas relacionados con las embarcaciones de recreo y turismo.

Se propone que ambas partes acuerden la constitución de un grupo de trabajo para el estudio de las legislaciones españolas y portuguesas sobre esta cuestión, y que esto sea citado en la nota de prensa de la reunión, a lo que la delegación portuguesa manifiesta cautelas.

Finalmente, se recuerda también que debiera celebrarse una Comisión de Límites, además de la CADC, a lo largo de 2021, por lo que debemos.

Ambas delegaciones acuerdan encontrar una solución no sólo para el Duero y Alqueva sino

hidrográficas, bem como em avançar com os trabalhos.

c. Ponto de situação do trabalho de atualização do inventário das captações na margem esquerda do Guadiana entre os rios Caia e Cuncos

A delegação portuguesa referiu que em 2017, Portugal iniciou um procedimento de atualização do “inventário das captações da margem esquerda do Guadiana, no troço Caia-Ponte de Ajuda e no troço Ponte de Ajuda-Cuncos”, tendo em vista o cumprimento da deliberação de 2001 (Resolução II / 6 da II Sessão Plenária do CADC (9 e 10 do Fevereiro de 2001).

Em 19 de outubro de 2017, Portugal solicitou informação ao lado espanhol sobre as captações nas suas margens, nos troços acima mencionados. A Confederação Hidrográfica do Guadiana enviou a informação solicitada a 14 de novembro de 2017.

Depois da análise da informação, em 21 de janeiro de 2018, Portugal solicitou um conjunto de esclarecimentos, que Espanha respondeu em 13 de abril 2018.

A 11 de julho de 2018, PT remeteu a ES a caracterização exaustiva de cada uma das captações, documento que suscitou a necessidade de mais esclarecimentos e de dados adicionais, tendo para esse efeito sido realizada uma reunião a 31 de julho de 2018, entre representantes da APA, da CHG e da Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva (EDIA).

O trabalho realizado por ambas as delegações evidenciou a ausência de procedimentos que permitam um controlo mais eficaz sobre a situação das captações e sobre o seu funcionamento, tendo esse facto motivado a apresentação de uma “Proposta de Regulamento para autorização e gestão de captações em rios partilhados por Portugal e Espanha”, submetida à XXIª reunião plenária da CADC.

A 27 de março de 2019, a Administração da Região Hidrográfica do Alentejo (APA/ARH Alentejo) enviou à Confederação Hidrográfica

para todas las cuencas hidrográficas, así como avanzar en los trabajos.

c. Estado de los trabajos de actualización del inventario de captaciones en los tramos entre los ríos Cuncos y Caya

La delegación portuguesa expone que en 2017 Portugal inició un procedimiento de actualización del “inventario de captaciones en la margen izquierda del Guadiana, en el tramo Caya-Puente de Ajuda y en el tramo Puente de Ajuda-Cuncos”, en cumplimiento de una deliberación de 2001. (Resolución II / 6 de la II Sesión plenaria de la CADC. (9 y 10 de febrero de 2001).

El 19 de octubre de 2017 Portugal solicitó a la parte española información relativa a las captaciones en sus márgenes dentro del recorrido de los tramos mencionados anteriormente. La Confederación Hidrográfica del Guadiana remitió la información solicitada el día 14 de noviembre de 2017.

Tras analizar la información, el 21 de enero de 2018 Portugal solicitó una serie de aclaraciones que fueron contestadas el 13 de abril de 2018 por parte española.

El 11 de julio de 2018 Portugal envió a España un listado detallado de cada una de las captaciones, documento que planteaba la necesidad de una mayor aclaración y de datos adicionales, para lo cual se realizó una reunión el 31 de julio de 2018, entre representantes APA, CHG y la Empresa de Desarrollo de Infraestructuras del Alqueva (EDIA).

El trabajo realizado por ambas delegaciones evidenció la ausencia de procedimientos que permitan un control más eficaz de la situación de las captaciones y su funcionamiento, lo que motivó la presentación de una “Propuesta de Reglamento de autorización y gestión de captaciones en ríos compartidos por Portugal y España”, presentado en la XXIª sesión plenaria de la CADC.

El 27 de marzo de 2019, la Administración Regional Hidrográfica del Alentejo (APA/ARH Alentejo) remitió a la Confederación

do Guadiana (CHG) um relatório detalhado, elaborado pela Parte portuguesa de avaliação da situação de cada uma das captações com a indicação das desconformidades detetadas, aguardando-se os comentários de Espanha. A atualização do inventário deverá ser submetida a aprovação da CADC.

Tal como a delegação portuguesa expressou na XXIª CADC, a tramitação das concessões no troço entre a confluência dos rios Caia e Cuncos, que ainda estão pendentes de resolução, permanecerá suspensa por Parte de Portugal até ao pleno cumprimento da Deliberação II / 6 da II Plenária da CADC (9 e 10 do Fevereiro de 2001).

A delegação espanhola manifestou a sua vontade de trabalhar neste inventário, que pela própria definição da palavra deve estar sempre atualizado. Foi desenvolvido um notável esforço por parte da Confederação Hidrográfica do Guadiana, estando a ser realizado um estudo sobre a situação dos cerca de 40 aproveitamentos, constatando pelos trabalhos realizados, que a realidade física não coincide com a realidade administrativa e, portanto, com a informação de que Portugal dispõe, visto que estes aproveitamentos estão em constante mudança (embargos, divisões, etc.).

Desde julho de 2018, houve um grande reforço administrativo para acelerar a tramitação administrativa e assim fazer com que a realidade física coincida com a realidade administrativa. Complementarmente, manifestou a disponibilidade para realizar todos os encontros que sejam necessários com a delegação portuguesa para explicar as diferentes vicissitudes que estes aproveitamentos sofreram. Por fim, a parte portuguesa será informada das propostas de deliberações que estão a ser executadas, de forma a regularizar a situação.

Hidrográfica del Guadiana un informe detallado de la parte portuguesa evaluando la situación de cada una de las captaciones donde se indicaban las no conformidades detectadas, quedando pendiente de los comentarios de España. Indican que la actualización del inventario deberá ser sometida a la aprobación de la CADC.

Tal y como la delegación portuguesa expresó en la XXIª sesión plenaria de la CADC, la tramitación de concesiones en el tramo entre la confluencia de los ríos Caya y Cuncos, que se encuentran pendientes de resolución, quedará suspendida por parte de Portugal hasta que sea efectuado el pleno cumplimiento de la Deliberación II / 6 del II Plenario del CADC (9 y 10 de febrero de 2001).

La delegación española manifiesta su voluntad de trabajar en este inventario, que por la propia definición de la palabra ha de estar siempre actualizándose. Se ha hecho un esfuerzo notable por parte de la Confederación Hidrográfica del Guadiana, y se está llevando a cabo un estudio de la situación de los cerca de 40 aprovechamientos, viéndose por el trabajo que se lleva hecho, que la realidad física no coincide con la realidad administrativa y por tanto con la información de la que dispone Portugal por estar estos aprovechamientos cambiando continuamente (embargos, divisiones, etc.).

Desde julio de 2018 se cuenta con un gran refuerzo administrativo para acelerar la tramitación administrativa y reflejar así las realidades físicas existentes, de modo que esta coincida con la realidad administrativa. Complementariamente, se manifiesta la disposición de mantener todas las reuniones con la delegación portuguesa que sean necesarias para explicar los distintos avatares que han sufrido estos aprovechamientos. Finalmente, se dará conocimiento a la parte portuguesa de las propuestas de resolución que se vayan ejecutando, a fin de regularizar la situación.

8. Outros assuntos

a. XXXI Cimeira Luso-Espanhola

A delegação de portuguesa informou que a Cimeira estava prevista realizar-se a 2 de

8. Otros asuntos

a. XXXI Cumbre Hispano-Lusa de jefes de Gobierno

outubro na cidade da Guarda, mas teve que ser adiada em virtude do agendamento do Conselho Europeu para a mesma data. Mais informou que propôs a inclusão no texto da Declaração da Cimeira de referências ao trabalho que está a ser realizado no âmbito da Convenção da Albufeira e aos resultados da presente sessão plenária, tendo merecido o apoio da delegação de ES.

b. Presidência Portuguesa do Conselho da UE no primeiro semestre de 2021

A delegação portuguesa informou que o tema da água será uma prioridade da presidência portuguesa 2021, associado à descarbonização da economia e que a Reunião Informal de Ministros do Ambiente da UE, a realizar em abril, terá como tema a adaptação às alterações climáticas e a escassez de água.

A delegação espanhola manifestou à delegação portuguesa o seu total apoio e colaboração no quadro da PPUE 2021.

c. Segundo exercício de *reporting* do ODS 6.5.2

A delegação portuguesa informou que primeiro exercício de *reporting* do ODS 6.5.2 relativo à cooperação transfronteiriça no domínio da água realizou-se em 2017, tendo os relatórios sido enviados à UNECE sem que tenha sido possível a articulação prévia entre os dois países.

Posteriormente o assunto foi abordado no seio da CADC para que no exercício seguinte, os dois países se empenhassem na concertação dos relatórios.

O segundo exercício de *reporting* do ODS 6.5.2 verificou-se este ano, tendo Portugal enviado a Espanha uma proposta de relatório na expectativa de se concertar um relatório comum a comunicar à UNECE. Infelizmente tal não foi possível e Portugal apelou ao esforço comum para que no terceiro exercício essa concertação se venha a concretizar. Entretanto, solicitou à delegação espanhola que partilhasse, se possível, com Portugal o relatório que submeteu.

La delegación portuguesa informa que la cumbre estaba prevista para el 2 de octubre en la ciudad de Guarda, pero que ha debido ser aplazada debido a la programación del Consejo Europeo para la misma fecha. Informó además que propuso la inclusión en el texto de la Declaración de la Cumbre referencias al trabajo que se está realizando en el marco del Convenio de Albufeira y a los resultados de esta sesión plenaria, habiendo merecido el apoyo de la delegación española.

b. Presidencia portuguesa del Consejo de la UE en el primer semestre de 2021

La delegación portuguesa informa que el tema del agua será una prioridad de la presidencia portuguesa 2021, asociado a la descarbonización de la economía y que la Reunión Informal de Ministros de Medio Ambiente de la UE, a realizarse en abril, se centrará en la adaptación al cambio climático y la escasez de agua.

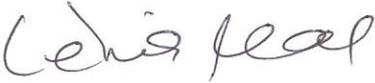
La delegación española expresa a la portuguesa su total apoyo y colaboración en el marco del PPUE 2021.

c. Segundo ejercicio de *reporting* de los ODS 6.5.2

La delegación portuguesa informó que el primer ejercicio de presentación de informes del ODS 6.5.2 sobre cooperación transfronteriza en el ámbito del agua tuvo lugar en 2017, habiéndose los informes enviados a la UNECE sin que fuera posible la colaboración previa entre los dos países.

Posteriormente, el tema fue abordado dentro de la CADC para que, en el siguiente ejercicio, los dos países pudieran trabajar juntos para acordar los informes.

El segundo ejercicio de presentación de informes para el ODS 6.5.2 tuvo lugar este año, y Portugal remitió a España una propuesta de informe con la expectativa de acordar un informe común que se comunicará a la UNECE. Lamentablemente, esto no fue posible. Portugal pide un esfuerzo conjunto para que en el tercer ejercicio se lleve a cabo esta colaboración. Mientras tanto, pide a la delegación española que comparta, a ser

<p>d. Plan Nacional de Depuración, Saneamiento, Eficiencia, Ahorro y Reutilización (Plan DSEAR)</p> <p>A delegação espanhola deu informação à CADC sobre o “Plan DSEAR” que analisa a situação atual e propõe soluções para resolver os problemas de saneamento, tratamento e reutilização de água em Espanha, pretendendo ser um importante instrumento de governança para o setor, o qual será colocado em consulta pública nas próximas semanas.</p>	<p>posible, con Portugal el informe que fue presentado.</p> <p>d. Plan Nacional de Depuración, Saneamiento, Eficiencia, Ahorro y Reutilización (Plan DSEAR)</p> <p>La delegación española informó a la CADC sobre el “Plan DSEAR” que analiza la situación actual y propone soluciones para resolver los problemas de saneamiento, tratamiento y reutilización del agua en España, pretendiendo ser un importante instrumento de gobernanza para el sector, que será sometido a consulta pública en las próximas semanas.</p>
<p>A presidente da delegação de Portugal</p>  <p>Lénia Real</p>	<p>El presidente de la delegación de España</p>  <p>Teodoro Estrela Monreal</p>